TURISMO E CULTURA: UM ESTUDO SOBRE O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DE LONDRINA COMO ATRATIVO

Tatiana Colasante
tatianacolasante@yahoo.com.br
Mestranda em Geografia
Universidade Estadual de Londrina

Alini Nunes de Oliveira
alini_nunes@hotmail.com
Mestranda em Geografia
Universidade Estadual de Londrina

Na atualidade, verifica-se que em muitas cidades, especialmente nas mais antigas, existe a mercantilização do patrimônio histórico-cultural pela atividade turística. Diante desta realidade, o artigo tem como objetivo discutir a apropriação dos bens patrimoniais em Londrina-PR que, nos últimos anos, vem investindo no turismo de eventos e negócios na cidade e que, apesar do importante acervo histórico-cultural que possui, e da ampla divulgação, este ainda não é valorizado pela população local e pelos turistas. Através de pesquisa bibliográfica e trabalho de campo levantaram-se alguns bens materiais e imateriais, buscando-se analisar a importância dos bens patrimoniais como referenciais identitários para a população, ao mesmo tempo em que possuem um valor econômico, quando apropriados pelo turismo. Em seguida, buscou-se destacar a importância crescente do turismo de eventos e negócios em Londrina e como se dá a utilização do patrimônio da cidade, visto que a cidade não desenvolve o turismo cultural. Por fim, foram sugeridas algumas alternativas de conservação do patrimônio através do desenvolvimento do turismo de eventos e negócios.

Palavras-chaves: turismo de eventos e negócios; patrimônio histórico-cultural; conservação; Londrina.

INTRODUÇÃO

A atividade turística vem atuando como grande consumidora do espaço. Verifica-se que para cada atrativo, surge um novo tipo de turismo. O turismo é, essencialmente, motivado por belas paisagens e o patrimônio histórico-cultural, pela sua monumentalidade e singularidade, desperta o interesse do turista.

Embora o Brasil, quando comparado com alguns países da Europa, possua cidades relativamente novas, verificam-se exemplares diversos do patrimônio em suas diferentes manifestações, materiais e imateriais.

Por serem reflexos de parte da cultura de uma dada sociedade, os bens patrimoniais possuem especificidades e devem ser conservados como importantes referências de memória e identidade. Isso nem sempre acontece, seja pela falta de leis específicas, seja pelo descaso do poder público e privado ou então pelo vandalismo da população local. Porém, quando este patrimônio é apropriado pelo turismo, é valorizado e demanda uma infra-estrutura, o que pode contribuir para o desenvolvimento local. Neste processo, um planejamento é essencial para que haja um contraponto entre a conservação do patrimônio como referencial identitário da população e como recurso econômico, o que nem sempre ocorre.

Verifica-se que na cidade de Londrina-PR, o patrimônio histórico-cultural é amplamente divulgado como atrativo turístico. Apesar de possuir algumas construções nacionalmente reconhecidas pela arquitetura modernista, muitas edificações encontram-se degradadas e carentes de ações que visem à sua conservação. Como a cidade vem investindo no turismo de eventos, especialmente através do *Londrina Convention & Visitors Bureau* – entidade sem fins lucrativos, formada a partir da iniciativa privada com objetivo de desenvolver a atividade na cidade - e pretende que este turista visite o patrimônio histórico-cultural de Londrina, seria interessante pensar em alternativas para conciliar conservação e fomento da atividade turística na localidade.

A REFUNCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ATRAVÉS DO TURISMO

A cidade enquanto objeto de estudo, fornece uma gama variada de abordagens, pois sua (re) produção envolve diferentes elementos, tais como as práticas materiais e imateriais e suas representações simbólicas. Para Cosgrove (2003, p. 103), a “[...] produção e reprodução da vida material são, necessariamente, uma arte coletiva, mediada na consciência e sustentada

através de códigos de comunicação. Esta última é produção simbólica”. A produção simbólica diz respeito tanto a aspectos imateriais (por exemplo: dança, linguagem, rituais etc.) como materiais (construções, por exemplo), ou seja, incluem-se aí praticamente todas as atividades humanas. A construção do espaço urbano, pelo seu caráter social, resulta em um conjunto de objetos que carregam em si, símbolos inerentes a cada grupo social. Estes objetos guardam uma história, um conhecimento, uma técnica peculiar na sua manifestação material, reflexos do modo de vida de cada sociedade. Por isso, cada cidade possui uma história singular, já que desde sua fundação até a constituição que se apresenta no momento, evolui através de suas formas e de suas manifestações culturais.

Algumas formas antigas se destacam das demais na paisagem pelo seu valor estético, monumental, artístico, histórico, entre outros atributos. Estas formas são elevadas à categoria de patrimônio e podem sofrer a intervenção do Estado para sua proteção, inclusive através de leis. Ao atribuir valor a determinado objeto, de maneira que este obtenha o *status* de patrimônio, reconhece-se a sua importância na manutenção da memória individual e coletiva dos grupos sociais. Muito além disso, estes bens culturais devem ser compreendidos não de forma isolada, mas pertencentes a um contexto histórico no qual foram construídos.

Neste ponto, devem-se apresentar alguns conceitos que envolvem o vocábulo patrimônio e o conjunto de adjetivos que o classificam. Para Choay (apud SANTIAGO, 2007), o termo "patrimônio", originalmente está ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas da sociedade. O conceito hoje está atrelado a diversos adjetivos, como genético, natural, histórico, cultural, entre outros, o que faz dele um conceito "nômade", utilizado com freqüência para designar um conjunto de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo o mais que pertença a uma pessoa, ou seja, suscetível de apreciação econômica. O termo também tem uma relação estreita com a idéia de herança, algo que é transmitido dos pais aos filhos. Essa idéia de transmissão não se relaciona apenas à herança de bens, mas também às práticas sociais.

No âmbito da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), verifica-se que a definição do termo, tal como

adotada em textos oficiais, é ampla. Isto porque inclui desde os monumentos históricos, conjuntos urbanos, locais sagrados, obras-de-arte, passando por parques naturais, ecossistemas e diversidade biológica, tesouros subaquáticos, objetos pré-históricos, peças arquitetônicas, até tradições orais e imateriais da cultura popular (BO, 2003).

Corrêa (2007) explica que enquanto formas simbólicas imponentes, estátuas, memoriais, templos etc., são monumentos cuja representação material reflete eventos passados. Estas formas integram de modo marcante alguns espaços públicos das cidades. Cada grupo social que constrói um monumento lhe atribui um valor, muitas vezes de cunho ideológico. No caso das elites, por exemplo, os monumentos por elas criados, visam expressar e ratificar seu poder. Já as instituições religiosas, ao construírem formas simbólicas, expressam o poder da instituição, de modo a unir e identificar a comunidade de seus fiéis (CORRÊA, 2007). Estes monumentos fazem parte do processo de transformação urbana no sentido de que muitos deles guardam resquícios do passado, seja na técnica de construção ou no imaginário social que se altera conforme a evolução da sociedade, por exemplo. São assim, manifestações histórico-culturais da sociedade, objetos que reconfiguram o espaço urbano através de sua espacialidade e enquanto construções sociais, geralmente portam um sentido político, que podem ser interpretados de forma dúbia, conforme o grupo social que o constrói e aqueles que o interpretam.

Na análise da reprodução do espaço urbano, verifica-se que existem mudanças nas formas e nas funções dos objetos geográficos com o passar do tempo. Como a forma é mais durável do que a função, geralmente encontram-se na paisagem contemporânea, antigas formas destituídas de sua função original, ocorrendo assim, uma refuncionalização das formas antigas que, a partir de novos usos que lhes são atribuídos pela sociedade, passam a fazer parte de uma nova configuração espacial. Luchiari (2005) utiliza o termo *refuncionalização* para designar todo tipo de renovação urbana, tais como: revitalização, gentrificação[1], requalificação, enobrecimento etc. Segundo a

[1] Segundo Bernhardt (2005), a gentrificação se diferencia de qualquer outro processo de revitalização, reforma ou desenvolvimento urbana pelo fato de que a atuação dos agentes sociais (públicos e privados) visa um movimento habitacional de uma classe média para centros urbanos deteriorados.

autora, muitos deles têm sido abordados erroneamente, o que seria mais apropriado, portanto, a utilização do termo *refuncionalização* para designar quaisquer intervenções urbanas que visam à renovação das formas.

Na atualidade, observa-se uma tendência de transformação dos bens patrimoniais em mercadoria, na qual a refuncionalização de antigas formas serve a um propósito mercadológico e não mais como referencial identitário para a população local. Neste aspecto, o turismo enquanto atividade econômica é um dos grandes responsáveis por esta nova organização sócio-espacial de muitas cidades brasileiras que "[...] descobriram, na refuncionalização de suas formas pretéritas, novos usos sociais que agregam valor econômico ao patrimônio cultural edificado" (LUCHIARI, 2005, p. 8175). Essa subordinação da cultura ao capital, transforma os valores sociais do patrimônio cultural quando este é tornado mercadoria destinada ao consumo dos turistas.

No que tange também à atividade turística, as festas como manifestações da cultura, também se tornam grande atrativo de determinado local por fazerem parte das manifestações culturais de um povo. Pode ocorrer a valorização por parte do turista ao querer conhecer a cultura do local visitado, que muitas vezes difere do seu. Bezerra (2007) quando estuda as festas de São João na cidade de Mossoró ((RN), expõe que a festa de São João que antes era comemorada em diferentes dias do mês de junho em diferentes bairros de Mossoró, quando começaram a fazer parte da programação oficial da prefeitura municipal, passaram a se concentrar na área central da cidade em todo o mês de junho, causando tensões e descontentamento por parte da população dos bairros, pois com isso houve o esvaziamento das festas que ocorriam em outros lugares da cidade, produzindo conflitos de territorialidades locais. Além disso, a festa perdeu de certa forma sua tradição, pois apesar de muitos bairros terem continuado a comemoração, outros não conseguiram sustentar a festa por falta de público. Elementos da cultura passam a ser utilizados como recurso, sendo apropriados por processos de mercantilização, como forma de delimitar a singularidade regional/local ante a globalização. Apesar do processo de mercantilização de muitas festas, o que também se tem

visto é a inovação e recriação, reflexo de uma sociedade em constante transformação.

As festas, como uma das expressões da cultura de um povo, muitas vezes acabam sendo recriadas para servir de produto turístico de determinado local, como foi o caso do Festival Folclórico de Parintins, relatado por Pimentel (2001), do que começou como apenas uma brincadeira, tomou as atuais dimensões por possuir peculiaridades do povo parintinense. Apesar de tantas modificações terem acontecido, com tanto *glamour*, a festividade continua sendo organizada pela população local, mas a diferença atual é de que mobiliza milhares de turistas interessados em conhecer "o boi" de Parintins. Segundo o autor, o que não pode ocorrer é:

> Mudando estas festas para um ritmo mais 'acelerado', tirando das letras todo o conteúdo que estas possuem, em função de se tornarem mais comerciais, mais vendáveis, descaracterizando e consequentemente vulgarizando as toadas, em 'prejuízo' do festival como um todo. (PIMENTEL, 2001, p. 156)

Ou seja, as transformações existem, devem ser incrementadas, mas que se mantenha a estrutura, sua essência, ou seja, neste caso sendo mantido pelo povo parintinense a parte cênica do auto, seu enredo, história etc. Um dos atrativos para o desenvolvimento do turismo pode ser a cultura de um povo. O turismo se apropria das manifestações culturais em suas diversas formas como atrativo, assim como os agentes culturais também se utilizam do turismo para intensificar sua demonstração e buscar promover a sua localidade. A conservação da cultura depende, em se tratando de aspectos materiais e imateriais, em grande parte das vezes, da vontade de seus praticantes, para que ainda sobreviva muito da cultura de um povo. Entretanto, a atividade turística pode propiciar o enriquecimento cultural por meio do contato entre diferentes realidades: sensações, experiências, ambientes e paisagens, ou seja, uma vivência diferente da habitual. Isto acontece desde que o turismo seja "[...] implementado com muito cuidado, pois deve procurar revalorizar o cotidiano da localidade e não inventar uma manifestação cultural para mostrar ao turista" (BATISTA, 2005, p. 31).

Elementos da cultura passam a ser utilizados como recurso, sendo apropriados por processos de mercantilização, como forma de delimitar a singularidade regional/local ante a globalização. As festas, como uma das expressões da cultura de um povo, muitas vezes acabam sendo recriadas para servir de produto turístico, mesmo não fazendo mais parte da tradição local ou em outros casos sendo “espetacularizada”, como foi o caso do Festival Folclórico de Parintins, relatado por Pimentel (2001).

As análises em relação ao turismo e conservação do patrimônio são paradoxas, pois há autores que colocam a atividade turística como causadora de descaracterização da população em relação aos seus hábitos, costumes, economia etc. Outros já enfatizam os efeitos positivos do turismo sobre os elementos da cultura local, como estimulador da existência e reabilitação de sítios históricos, construções e monumentos, revitalizando também atividades tradicionais de locais em declínio, utilizando-se de antigas instalações para novas funções, buscando manter a estrutura e características tradicionais. Mas frente a isso, Barreto (2000) questiona: há alguma manifestação humana atualmente que não se transforme, de alguma maneira, num bem de consumo? O que é possível atingir é a minimização dos impactos causados, entre os quais se pode incluir a não padronização dos bens culturais e o bem estar da população local através do desenvolvimento e a valorização das particularidades locais através da educação patrimonial. O desenvolvimento através da valorização da cultura local é salienta por Fonseca (2003, p. 48):

> A noção de patrimônio como recurso para o desenvolvimento é uma construção recente e está intimamente associada à especificidade que lhe permite fazer do espaço onde se localiza um lugar diferente de todos os outros, transformando-o numa atração turística que combina elementos tão diferenciados como a arquitetura, o artesanato, a gastronomia, as festas, as crenças, os modos de vida tradicionais e outros bens não materiais que lhe são associados, ensejando a experiência da descoberta, de exotismo, de auto-realização e de evasão do cotidiano.

Se de um lado a inserção da atividade turística em núcleos conservados pode representar fonte de renda para a população local, por outro pode haver uma segregação sócio-espacial, no sentido de que os recursos para melhoria de infra-estrutura, geralmente serão direcionados para as áreas da cidade que

possuem maior fluxo de turistas, enquanto a população local pode ser alocada para áreas periféricas, onde podem vir a sofrer com péssimas condições de moradia. Não se pode negar, no entanto que a partir do momento em que a atividade turística é inserida em núcleos urbanos de valor histórico relevante, os bens patrimoniais criam uma visibilidade muito maior, o que pode contribuir para a sua proteção, seja através de leis ou da própria população local que cuida da manutenção desses bens. Deve-se, no entanto, tomar cuidado para não haver uma banalização do próprio patrimônio das cidades, pois uma vez tido como mercadoria, pode virar alvo dos agentes sociais, principalmente Estado e agentes imobiliários que, visando uma possibilidade de renda, passam indiscriminadamente a aprovar leis de proteção e tombamento sem levar em consideração uma série de estudos que verifiquem a real importância dos bens do ponto de vista histórico-cultural.

Para Simão (2001), quando a população local não se apropria dos bens patrimoniais, em função do patrimônio ser utilizado como atrativo turístico, ocorre um processo de depredação do patrimônio ou então uma descaracterização da cultura local. É o que Santos (2006) exemplifica em sua dissertação “O reencantamento das cidades: tempo e espaço na memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga-SP”. Segundo o autor, até a década de 1980, a cidade não apresentava sinais de vocação turística, porém, a partir desse período, com a valorização do pitoresco e do singular, a cidade passou a atrair um grande número de turistas interessados em seu patrimônio material, principalmente nas festas locais, como o Carnaval e a Festa do Divino Espírito Santo. Com o crescente número de turistas, a prefeitura iniciou uma série de alterações do espaço urbano para atender aos interesses dessa população flutuante, sem levar em conta os interesses da população residente. Em função disso, ocorre uma descaracterização da cultura local, como vem acontecendo com a Folia do Divino Espírito Santo, que tinha uma época específica para acontecer e que agora acontece em várias datas, para atender aos turistas.

Outros aspectos relacionados à descaracterização da cultura local podem ser verificados em núcleos urbanos com valor patrimonial relevante que recebem um número excessivo de turistas, que sequer compreendem o

significado de apreciação dos bens culturais enquanto expressão de um modo de vida da população. A importação de valores de outras culturas facilitada pelo processo de globalização, também pode contribuir para a perda de parte dos valores culturais locais, criando uma nova cidade, na qual alguns dos objetos criados fazem com que os cidadãos não se identifiquem com a própria cidade, já que pertencem a uma cultura que não ajudaram a construir. Embora as cidades contemporâneas transmitam essa imagem globalizada, ela é justamente *locus* da vida social e que também produz um modo de vida peculiar de cada sociedade e que o turista, muitas vezes, tem dificuldade em perceber justamente pelo caráter mercantil que muitos núcleos urbanos turísticos assumiram.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL EM CIDADES NOVAS: FORMAS DE APROPRIAÇÃO

No Brasil, que é um país com cidades novas, ou seja, onde a maioria dos núcleos urbanos tem menos de cem anos de fundação, depois de um longo período onde se cultuava somente o novo, que era sinônimo de progresso, começou-se a valorizar o passado das cidades, pautado em discursos e projetos que visam à proteção dos vestígios históricos, indicando uma mudança de relação da sociedade brasileira com as suas memórias (ABREU, 1998). Porém, Scifoni (2006, p. 57) adverte que a valorização do patrimônio no Brasil se dá de forma desigual, privilegiando os bens considerados monumentais ou aqueles que têm algum potencial para a exploração turística. Assim, “[...] a patrimonialização dever ser relativizada quando se trata da realidade brasileira”.

No caso da cidade de Londrina, localizada no norte do Paraná, cuja fundação data do final da década de 1920, ou seja, uma cidade relativamente nova, o turismo cultural não se manifesta de forma expressiva. Mesmo assim, verifica-se que a relação da cidade com as manifestações culturais se processa de forma ampla, já que é sede de grandes espetáculos artísticos, como o Festival de Música de Londrina e o Festival Internacional de Londrina (FILO)

durante o ano. Com relação ao patrimônio material, a cidade possui algumas edificações de referência da arquitetura nacional, como as obras do renomado arquiteto Vilanova Artigas, que projetou a antiga Cidade da Criança (atual Secretaria da Cultura); o Cine Teatro Ouro Verde e a antiga Estação Rodoviária (atual Museu de Arte). Sobre este patrimônio arquitetônico, de estilo modernista, Guadanhim (2009, p. 26) lamenta que "[...] muitos exemplos significativos desta arquitetura têm desaparecido [...] ou têm sido descaracterizados [...], conseqüência até certo ponto natural do desenvolvimento da cidade e inexistência de iniciativas preservacionistas".

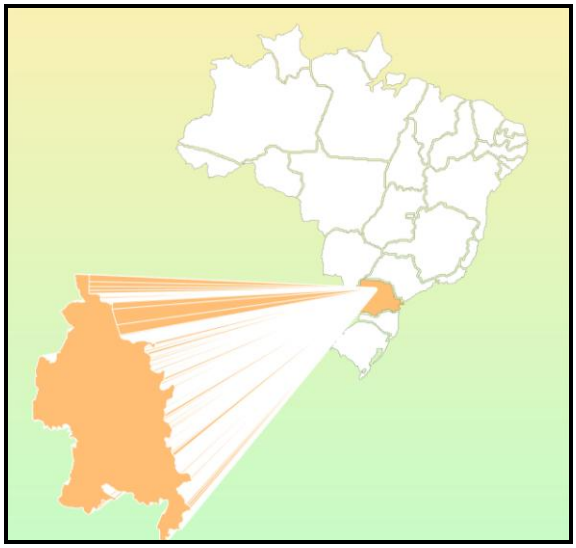
O desenvolvimento econômico da cidade, a acelerada urbanização e a busca pela modernidade, através da construção de ícones arquitetônicos que refletiam este pensamento, contribuíram para que muitas construções antigas fossem suprimidas da paisagem londrinense nesta época. Já na atualidade, com uma imagem consolidada, especialmente através da institucionalização da Região Metropolitana de Londrina, em 1998, que alimenta este *status* de uma cidade jovem e moderna, muitas outras construções também de caráter afetivo para a população, vêm sofrendo um processo de degradação e/ou acabaram demolidas por conta da falta de política pública na cidade. O novo Plano Diretor do município de Londrina, que inclui uma Lei de Preservação do Patrimônio, já foi aprovado, mas, ainda está em fase de revisão. Enquanto isso, as únicas ações possíveis com relação a este tipo de problema vêm de ações educativas, como alguns projetos voltados para a Educação Patrimonial patrocinados pelo Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PROMIC), já que a apropriação do patrimônio pela atividade turística, que poderia servir de alternativa para a sua conservação em virtude da ausência de leis específicas, ainda não se consolidou na cidade.

Apesar da pouca expressividade no turismo cultural, as duas entidades que mais divulgam o turismo em Londrina, destacam, nos seus *sites*, o patrimônio histórico-cultural da cidade como um dos principais atrativos turísticos. No site do *Londrina Convention & Visitors Bureau* (2009), por exemplo, estão ressaltadas desde construções mais atuais como o Memorial do Pioneiro, inaugurado em 2007 até a Biblioteca Pública Municipal, construída na década de 1940, ambos considerados patrimônio da cidade pelo seu valor

histórico e que remetem à memória coletiva dos moradores. Já o *site* da Codel (2009) - Instituto de Desenvolvimento de Londrina -, também destaca os bens histórico-culturais como atrativos turísticos, elencando diversas manifestações materiais, importantes referenciais identitários da população, como o Museu Histórico Padre Carlos Weiss (antiga estação ferroviária) e o Museu de Arte de Londrina.

Apesar do diversificado acervo histórico-cultural (divulgados como atrativos turísticos), verifica-se que estas entidades, especialmente o *Londrina Convention & Visitors Bureau*, vem realizando algumas ações que visam garantir que o norte do Paraná seja uma referência no turismo de eventos. Dessa forma, Londrina, que tem uma população estimada em 500.000 habitantes (IBGE, 2009), em anos recentes, vem se adequando em termos de infra-estrutura de maneira a fomentar este tipo de atividade. O turismo de eventos contribui para o desenvolvimento socioeconômico local, através da geração de empregos, renda e criação de infra-estrutura que beneficia o turista e, em muitos casos, a população local. Segundo Pellegrini Filho (2000, p. 276), o turismo de eventos é um segmento do turismo "[...] praticado com a finalidade de participação em eventos de diferentes modalidades". Uma das suas vantagens, é que os eventos ocorrem durante o ano todo e não dependem de baixa ou alta temporada. Além disso, o turista que chega a determinada cidade para participar de um evento, geralmente gasta muito mais do que um turista que viaja a lazer (SILVA, 2003). Londrina vem realizando, nos últimos anos, um grande número de eventos, em sua maioria de caráter técnico-científico. Entre os atrativos da cidade para a realização dos eventos destacam-se a ampla rede hoteleira, com alguns hotéis de bandeira internacional como o *Comfort Suites*, grande oferta de serviços, opções culturais e uma produção técnica-científica relevante por conta das várias instituições de ensino superior e de pesquisa. Outro fator que impulsiona o turismo de eventos é a localização da cidade, em uma espécie de zona de ligação entre o Sul, o Sudeste e o Centro Oeste do País (ver figura 1). Dentre os eventos anuais que mais movimentam a economia da cidade, destacam-se: a Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina; a Movelpar, que acontece na cidade de Arapongas (27 quilômetros a oeste de Londrina) e a Festa Metamorfose (ZANON, 2007).

FIGURA 1: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA-PR



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, 2008.

Mesmo com uma vocação que vem sendo fomentada principalmente pelo setor privado, Londrina vem sofrendo perdas significativas no número de eventos, devido a uma série de problemas, como a falta de uma Secretaria de Turismo, adequação de equipamentos no Aeroporto que facilitem os vôos em dias de chuva, falta de espaços flexíveis para comportar diversos tipos de eventos etc. (ZANON, 2007). Todos estes fatores dificultam o desenvolvimento do turismo de eventos na cidade, especialmente os de grande porte, que são os maiores responsáveis pela geração de renda.

Considerando que a maioria dos turistas vem à Londrina por motivos de eventos e negócios, os atrativos histórico-culturais, divulgados em sites de órgãos que trabalham com o turismo local, serviriam para que este turista conhecesse a história da cidade e, com isso, gastasse mais durante o seu período de estada. Porém, como não existe o desenvolvimento do turismo cultural em Londrina, estas atrações são, na grande maioria, gratuitas e sua fruição não implica em grandes transformações socioespaciais na cidade, o que demonstra que não ocorre a mercantilização dos bens patrimoniais. Visto que a cidade vem sofrendo a perda de importantes construções históricas recentemente, principalmente devido à falta de leis específicas de proteção ao

patrimônio e também pela falta de uso de algumas construções, a refuncionalização dessas antigas formas, se constitui em uma alternativa para a conservação da memória da cidade.

Verifica-se que na cidade, alguns espaços encontram-se abandonados, como por exemplo, galpões que atendiam à antiga estação ferroviária e que, possivelmente virão a desaparecer da paisagem londrinense pela falta de uso. Pelo fato da cidade concentrar suas atividades turísticas no setor de eventos e possuir um patrimônio que necessita ser conservado, seria interessante conciliar algumas ações que visem a utilização deste patrimônio pela atividade turística como uma forma de conservação, visto que a cidade ainda carece de leis específicas para isso. Ao atribuir novos usos a estes espaços históricos, aumentariam os espaços destinados à realização de eventos, ao mesmo tempo em que este acervo arquitetônico seria conservado e sua utilização poderia contribuir para a geração de renda para Londrina.

CONCLUSÃO

Partindo do pressuposto que as cidades são construções sociais, nas quais parte da cultura de determinada sociedade encontra-se materializada em edificações antigas, verifica-se que algumas delas possuem uma singularidade, que faz com que se destaquem das demais, especialmente pelo seu valor histórico e cultural, sendo, portanto, consideradas patrimônio.

No Brasil, a preocupação com a conservação da memória das cidades é algo recente e discutido principalmente em núcleos urbanos antigos, onde o turismo cultural é um dos grandes responsáveis pela geração de renda e também pela conservação do patrimônio. No caso de Londrina, uma cidade nova, com menos de cem anos de fundação, o significativo acervo histórico-cultural que a cidade possui não é suficiente para que seja desenvolvido o turismo cultural. Dessa maneira, a conservação do patrimônio se faz principalmente através de ações educativas, já que até o momento não existe uma lei de proteção ao patrimônio. A cidade, por outro lado, vem investindo no turismo de eventos, que poderia ser mais bem planejado para fomentar a

atividade e também contribuir para a conservação dos bens patrimoniais, através do uso de alguns espaços que no momento, encontram-se degradados e/ou abandonados.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. de A. Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, Portugal, v. XIV, p. 77-97, 1998.

AMARAL, R. C. M. P. *Festa à brasileira*: significados do festejar, no país que "não é sério". 1998. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

BARRETO, M. *Turismo e legado cultural*. 2ª ed. São Paulo: Papirus, 2000.

BATISTA, C. M. Memória e identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. *Caderno Virtual de Turismo*, vol. 5, n° 3, p. 27-33, 2005.

BERNHARDT, E. M. B. Gentrificação e Revitalização: perspectivas teóricas e seus papéis na construção de espaços urbanos contemporâneos. Revista Urbanidades, n. 5, Brasília, 2005, p. 1-22.

BEZERRA, A. C. A. Festa e identidade: a busca da diferença para o mercado de cidades. In: ARAUJO, F. G. B, de; HAESBAERT, R. (orgs). *Identidades e territórios*: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

BO, J. B. L *Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados***.** Brasília : UNESCO, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. *Turismo cultural: orientações básicas*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

CIFELLI, G. *Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto*. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000375809> Acesso em: 19 dez. 2008.

CODEL. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE LONDRINA. *Londrina Turismo*. Disponível em: < http://www.codel.londrina.pr.gov.br>. Acesso em 16 set. 2009.

CORRÊA, R. L. Uma sistematização da análise de monumentos na Geografia. *Terr@ Plural.* Ponta Grossa, v. 1, n. 1, 2007, pp. 9-22.

COSGROVE, D. Em direção a uma geografia cultural radical: Problemas da teoria. In: Côrrea, Roberto Lobato; Rosendahl, Zeny (orgs.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 103-134.

FIGUEIREDO, A. M. L. A função turística do patrimônio: questionamentos sobre a idéia de sustentabilidade do turismo cultural. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 5, n° 4, p. 43-49, 2005.

FONSECA, M. L. Patrimônio, turismo e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org). *Turismo rural:* práticas e perspectivas. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 47 – 68.

FRONER, Y. A. Patrimônio Histórico e modernidade: construção do conceito a partir da noção de revitalização de sítios, monumentos e centros urbanos. In: Simpósio em Técnicas Avançadas em Conservação de Bens Culturais, 1., 2001, Olinda. *Anais...*Olinda – PE, 2001, s.p.

GUADANHIM, S. Jr. Preservação das casas modernistas de Londrina. In: SILVA, Claudia; MORAES, Vanda de (Orgs.). *Encontro Cidades Novas – A construção de políticas patrimoniais*. Londrina: Humanidades, 2009, pp. 23-27.

IBGE. *Cidades.* Contagem da população 2007. Londrina-PR.. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 05 fev. 2009.

LONDRINA CONVENTION & VISITORS BUREAU. *Conheça Londrina*. Disponível em: <http://www.londrinaconvention.com.br>. Acesso em 16 set. 2009

LUCHIARI, M. T. D. P. Centros históricos – mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. *Anais...*São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 8175-8190.

MARTINS, A. B. et. al. Turismo e Patrimônio Cultural: possíveis elos entre identidade, memória e preservação. *Estação Científica*, Juiz de Fora, v. 2, p. 01-23, 2006.

MENESES, J. N. C. *História e Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MESENTIER, L. M. de. Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania. 2003. *Artigo Científico*. Portal de Artigos Científicos, Pesquisas, Periódicos e Monografias. Disponível em: <http://www.artigocientifico.com.br/uploads/artc_1151515071_97.pdf.>. Acesso em: 05 maio 2009.

ORIÁ, R. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (org). *O saber histórico na sala de aula.* São Paulo: Contexto, 2002, p. 128-148.

SANTIAGO, R. P. *Memória e patrimônio cultural em ambientes virtuais.* 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos.

SANTOS, C. M. P. *O reencantamento das cidades: tempo e espaço na memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SCIFONI, S. Os diferentes significados do patrimônio natural. *Revista Diálogos,* Maringá, v. 10, n. 3, p. 55-78, 2006.

SIMÃO, M. C. R. *Preservação do Patrimônio Cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PELLEGRINI FILHO, A. Dicionário Enciclopédico de Ecologia & Turismo. São Paulo: Manole, 2000.

PIMENTEL, A. C. B. Parintins: cultura e turismo. In: FARIA, I. F. (coord). *Turismo*: lazer e políticas de desenvolvimento local. Manaus: Universidade do Amazonas, 2001. p. 149 - 158.

RODRIGUES, A. A. B. Patrimônio, turismo y empreendedorismo: pilares del desarrollo del turismo con base local. *Revista Aportes y Transferências*, Mar del Plata, fev. 2003, p. 11 – 30.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. *Perfil do Município de Londrina*, 2008. Prefeitura de Londrina: 2008.

SILVA, N. C. da. Turismo de Eventos. *Revista Turismo*, maio 2003. Disponível em: <http://www.revistaturismo.com/artigos/eventos.html> . Acesso em 30 jun. 2009.

ZANON, É. Taxa de ocupação média preocupa hoteleiros locais. *Folha de Londrina*, Londrina, 05 jul. 2007. Folha Economia, p. 1.